

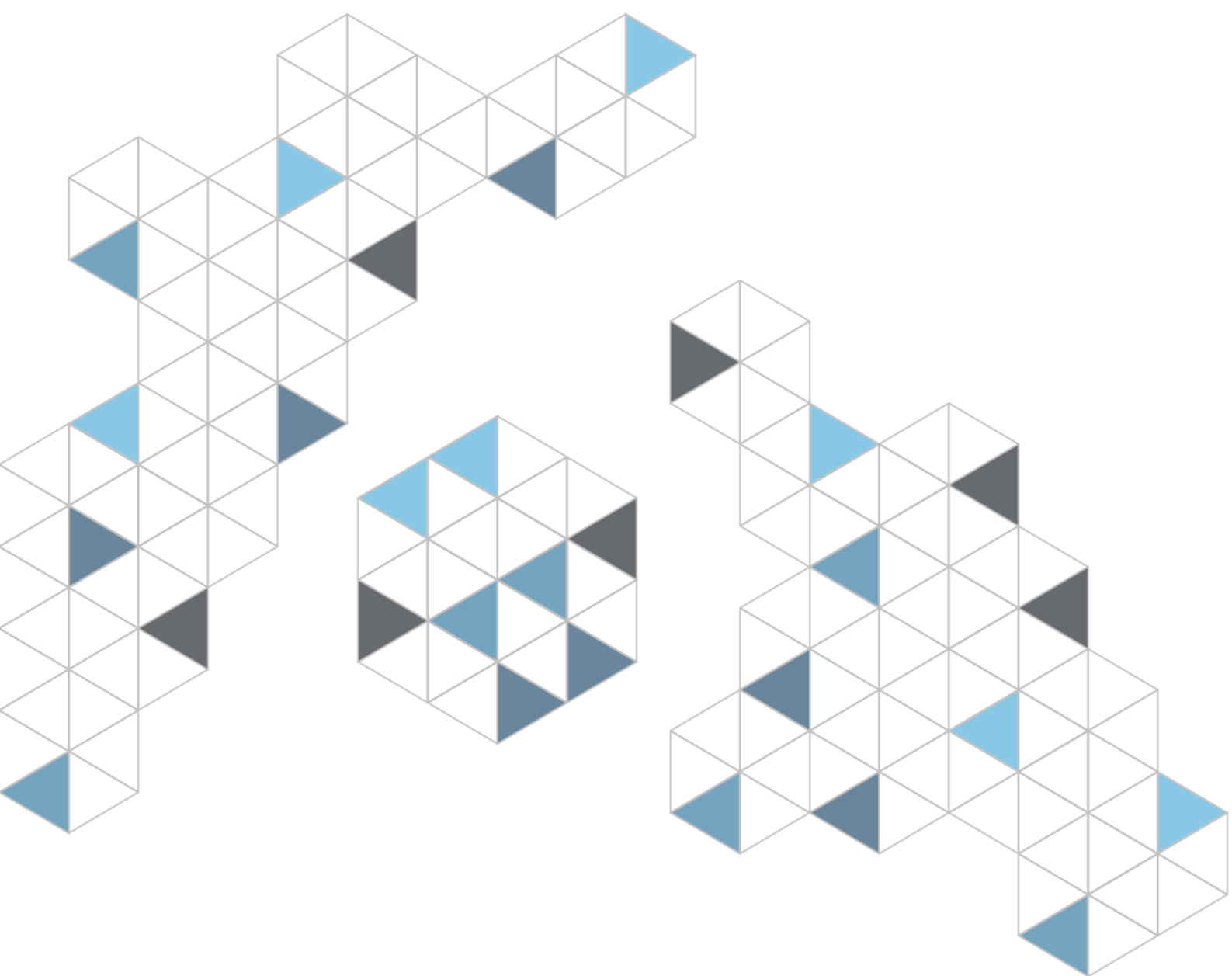
2025

30 de setembro

Relatório de Recomendação

Fundo de Garantia à Exportação (FGE)

Ciclo CMAP 2024-2025





2025

Fundo de Garantia à Exportação (FGE)



Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO

Presidente do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Wesley Matheus de Oliveira

Secretário de Articulação Institucional

João Victor Villaverde de Almeida

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Viviane Vecchi Mendes Muller

Secretária Nacional de Planejamento

Virginia de Angelis Oliveira de Paula

Secretário de Orçamento Federal

Clayton Luiz Montes

Equipe Técnica

Arte e Design – Secretaria Executiva – MPO

Projeto gráfico e design: Viviane Barros

Assistente de design: Ivan Sasha

Aprendizes de design: Manu Queiros e

Douglas Saymom

Informações

E-mail: gabin.sma@planejamento.gov.br

Última alteração: 25 de setembro de 2025.

*É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Ministério do Planejamento e Orçamento



@gov.br/planejamento



@minplanejamento

Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – CMAP

Casa Civil da Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Ministério da Fazenda

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Público

Ministério do Planejamento e Orçamento

Apoio ao Conselho

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Escola Nacional de Administração Pública

Secretaria Executiva

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Wesley Matheus de Oliveira

Subsecretário de Gestão, Formulação e Uso de Avaliação de Políticas Públicas

Rodrigo de Castro Luz

Equipe Técnica

Andréia Rodrigues dos Santos

Antônio Paulo Barea Coutinho

Cíntia Beatriz Fonseca

Luiz Fernando Arantes Paulo

Rodrigo Cesar Bessoni e Silva

Ronan Luiz da Silva

Sérgio Ricardo dos Santos Rosa



2025

Fundo de Garantia à Exportação (FGE)



Sumário

<i>Sumário</i>	3
<i>Resumo Executivo</i>	4
Problema Público	4
Oportunidades de Aprimoramento	4
Aspectos Positivos e Boas Práticas	5
<i>Recomendação CMAP</i>	6
<i>APÊNDICE</i>	7



Resumo Executivo

O Fundo de Garantia à Exportação (FGE) foi estabelecido por meio da Medida Provisória nº 1.583, de 27 de agosto de 1997. Tem como finalidades principais garantir as operações de Seguro de Crédito à Exportação (SCE), cobrindo riscos comerciais e políticos para as exportações de bens e serviços de empresas brasileiras ao oferecer recursos para as garantias prestadas pela União nessas operações, protegendo assim os exportadores da inadimplência no mercado internacional e viabilizando o financiamento das exportações.

Problema Público

O FGE é um fundo especial de natureza contábil que apoia a oferta de garantias a financiamentos para exportações. A avaliação identificou como problema central a *“limitada inserção competitiva do Brasil no comércio internacional com baixa diversificação das exportações”*. Nesse contexto, o FGE não busca substituir ou competir com instrumentos privados de financiamento, mas atuar de forma complementar, viabilizando exportações com baixa atratividade para o setor de seguros privado, seja por riscos políticos, extraordinários ou comerciais, ou ainda em coberturas de médio e longo prazo, que demandem instrumentos públicos de apoio.

Oportunidades de Aprimoramento

Os indicadores utilizados se concentram em insumos e produtos, como número de operações, valores segurados, recebimento de prêmios e pagamentos de sinistros. Esses dados não permitem compreender, de forma sistêmica, os efeitos estruturantes da política, como a real contribuição para a inserção internacional das empresas apoiadas e para a ampliação de mercados. Há um desafio de construção de indicadores que deem visibilidade aos resultados de longo prazo da política.

Verificou-se a oportunidade de modernização na gestão da política, com a adoção de ferramentas digitais compartilhadas e de mecanismos ágeis de deliberação entre os diferentes atores. Da mesma forma, é possível ampliar a transparência ativa, com a disponibilização de informações sobre operações contratadas, resguardando informações sensíveis que possam comprometer a atividade comercial.

Em revisão de literatura, não foram identificadas pesquisas específicas sobre os impactos isolados do FGE. Análises realizadas nesta avaliação sugerem a existência de uma relação de longo prazo positiva entre o FGE e as exportações, evidenciada pela maior procura pelo subsídio em períodos de crescimento da demanda externa, e de forma coordenada e consistente ao longo do tempo. Ainda assim, há espaço para investigações mais detalhadas que consolidem esse entendimento.

PPA 2024-2027
Programa – 2801
Neoindustrialização,
Ambiente de Negócios e
Participação Econômica
Internacional

Desde 2019, a execução das despesas do fundo tem se mantido muito próxima ao limite da dotação disponível. Em 2023 e 2024, os índices alcançaram 99,7% e 98,8%, respectivamente. Esse desempenho indica o esforço da equipe gestora em alinhar o planejamento orçamentário às demandas operacionais, mas também evidencia um risco: a reduzida margem de segurança orçamentária pode comprometer a capacidade da União de honrar integralmente suas obrigações.

Instituições/Entidades
Avaliadoras
CGU
Ipea
SMA/MPO



Como principal oportunidade de aprimoramento, foi sugerida a análise de mecanismos orçamentários que garantam a execução dos pagamentos do FGE. Essa medida ajudaria a mitigar riscos contratuais e fiscais assumidos pela União, reforçando a sustentabilidade e a credibilidade da política.

Aspectos Positivos e Boas Práticas

O FGE teve participação significativa no total das exportações brasileiras no período analisado (1998 a 2024), sobretudo no setor de serviços de construção até 2014, quando essas exportações cresceram quase oito vezes. O Fundo também teve participação expressiva nas exportações de equipamentos de transporte, chegando a representar de 30% a 60% em alguns anos, e, em menor escala, apoiou exportações de máquinas e equipamentos. Além disso, destaca-se como instrumento importante de estímulo a setores de alta intensidade tecnológica.

Nos últimos anos, foram observadas melhorias na eficiência operacional e na cobertura do FGE e do SCE, mesmo em um contexto desfavorável.

O FGE responde por quase dois terços das garantias das operações de crédito à exportação oferecidas pelo BNDES na modalidade pós-embarque (BNDES-Exim).

Verificou-se, ainda, a existência de mecanismos formais de acompanhamento e controle para a gestão responsável dos recursos públicos. Regulamentações próprias exigem a produção periódica de relatórios técnicos, financeiros e administrativos que detalham informações sobre a carteira de garantias, sinistralidade, receitas e despesas decorrentes da execução da política de garantias, resultados patrimoniais, dentre outros.



Recomendação CMAP

Recomendação: Avaliar mecanismos para garantir a execução dos pagamentos realizados pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE), atualmente executados por meio da ação orçamentária 0027, para as operações já contratadas no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação.

Destinatários: Ministérios do Planejamento e Orçamento (MPO), da Fazenda (MF) e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Evidência que fundamenta a proposta:

Dependência orçamentária para honrar garantias contratuais, independentemente do desempenho do Fundo, com consideráveis riscos financeiros, fiscais, jurídicos e de cross-default.

A evidência está detalhada nas seções de Implementação, Governança e Execução Orçamentária e Financeira do Relatório de Avaliação.



APÊNDICE

São apresentadas, neste apêndice, propostas de aprimoramento sugeridas pelas equipes de avaliação que foram classificadas como complementares pelos Comitês técnicos (CMAS ou CMAG), não sendo levadas à apreciação pelo Conselho. Nesse sentido, são propostas que não gozam da chancela do CMAP e, portanto, não terão sua eventual implementação acompanhada pelo colegiado.

Proposta 1: Reformular o Sistema de Garantias Públicas (SGP) para incluir módulos integrados de uso por COFIG, BNDES e SE-CAMEX, bem como disponibilizar dados agregados sobre beneficiários, setores atendidos e resultados das operações, além de dados desagregados quando permitido.

Destinatários: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Proposta 2: Estabelecer mecanismos para identificação de setores considerados estratégicos, alinhados às prioridades definidas nas políticas públicas de promoção às exportações, com a definição clara e objetiva de regras específicas e a criação de produtos direcionados às particularidades de cada setor, quando necessário.

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Proposta 3: Instituir Política Integrada de Gestão de Riscos do FGE.

Destinatários: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Proposta 4: Definir critérios objetivos para escalonamento de decisões estratégicas ao Conselho Estratégico da CAMEX.

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).